

SHOAH SEGUNDO CLAUDE LANZMANN: O MAL RADICAL

Prof. Dr. Newton Gomes Pereira⁹⁹

131

INTRODUÇÃO

Esta resenha crítica pretende analisar um dos documentários mais importantes da segunda década do século XX: **Shoah**, dirigido por Claude Lanzmann e lançado em 1985, de 544 minutos de duração (pouco mais de nove horas no total). Meu objetivo é mostrar, através da discussão desse documentário, que o massacre sistemático de judeus durante a Segunda Guerra Mundial foi a maior violação dos direitos humanos em toda a história. Em vez de utilizar o frequente termo “Holocausto” para o genocídio dos judeus – e de outros povos – perpetrado pelos nazistas nos campos de extermínio, empregarei o termo Shoah, que significa calamidade em ídiche, língua falada pelos judeus ashkenazes que viviam na Europa Oriental. Holocausto é uma palavra de origem grega que remete ao âmbito do sagrado, do religioso, e nada mais distante disso do que o genocídio. Escolhi esse documentário não só pela sua relevância na coleta de depoimentos dos sobreviventes da Shoah (e de personagens envolvidos direta ou indiretamente com o genocídio), mas, sobretudo, pelas questões que ele coloca. Acredito que o documentário traz à tona três grandes e complexos grupos de questões que estão estreitamente vinculados entre si.

A primeira questão é colocada pela própria matéria do documentário: seria a Shoah representável por algum artefato? É possível nomear o inominável, dar-lhe rostos, falas, formatos, cores, ruídos (ou trilha sonora) – representação artística, enfim? O documentário, enquanto gênero cinematográfico (ou televisivo), é uma obra artística, que precisa de um argumento, um roteiro, uma *mise en scène*. Precisa de um produtor, um diretor, um cinegrafista e iluminadores, técnicos de som, motoristas, contrarregras. No caso do documentário de Lanzmann, que começou a fazer suas entrevistas em meados da década de 1970, precisa, sobretudo, de planejamento. Mas um artefato desses pode realmente mostrar o que foi a Shoah? Como ter acesso àqueles que um dos mais célebres sobreviventes de Auschwitz, Primo Levi, chamou de “afogados”, os milhões de judeus que foram ou fuzilados pelos *Einsatzgruppen* nas valas comuns da Ucrânia ou asfixiados até a morte em Treblinka ou Sobibor? Além disso, mesmo que fosse possível mostrar exatamente o que foi a produção em massa de cadáveres nos campos da morte, isso seria moralmente admissível? Ao mesmo tempo, a Shoah não poderá jamais ser esquecida. Então, como manter a memória terrível da Shoah sem recorrer à sua figuração em obras artísticas?

⁹⁹ Graduado em Economia pela Universidade de São Paulo (1997), mestrado em Filosofia pela Universidade de São Paulo (2003) e doutorado em Filosofia pela Universidade de São Paulo (2008). Realizou pesquisa no programa de pós-doutorado da UNICAMP, entre 2012 e 2014.

A segunda questão deriva da primeira e tem forte caráter ético: Tentar entender a Shoah não é moralmente inaceitável? O pressuposto dessa questão é que compreender um evento histórico, tentar articular na forma de um discurso coerente e racional as configurações políticas e sociais que resultariam na Shoah, não seria colocar-se no caminho da sua justificação? O cineasta é peremptório: “Há de fato uma obscenidade absoluta no intento de compreender” (LANZMANN, 1986, p. 4). O sentido dessa petição de princípio é não buscar o porquê, não buscar o sentido. Podemos tentar entender por que Napoleão foi derrotado em Waterloo ou como a crise do governo João Goulart no Brasil ensejou o golpe militar de 1964, mas ao tentarmos explicar a Shoah não justificamos, ainda que minimamente, o inominável?

Essas questões nos levam diretamente à última indagação: afinal, a Shoah foi ou não foi um evento singular na história das ações humanas? Um evento único, irrepetível, incomensurável com qualquer outro? Sabemos ter havido outros genocídios ao longo da história humana. Houve o massacre dos muçulmanos pelos cruzados cristãos na Baixa Idade Média, mais contemporaneamente, a morte de centenas de milhares de armênios pelos turcos durante a Primeira Guerra Mundial, a própria mortandade de milhões de indígenas a partir do descobrimento das Américas pode ser considerada um genocídio, para não dizer das violências a que os negros africanos escravizados foram submetidos por séculos – a lista é interminável. O próprio povo judeu, ao longo de sua história, tem sido desde a época da Grande Diáspora (ocorrida depois da derrota da revolta de Bar-Kochba na Palestina dominada pelos romanos, no império de Adriano, em 135 DC), e ao longo de séculos, vítima de preconceitos, proibições, perseguições, massacres e pogroms. A Shoah não deveria ser apenas mais um momento, embora de magnitude bem maior, em que judeus tenham sido perseguidos e massacrados?

O objetivo deste texto certamente não é responder a essas questões, por mais importantes que elas sejam. Seria necessária uma pesquisa de grandes proporções para que esses tópicos fossem abordados de modo fecundo. O que esta resenha busca é apresentar e comentar alguns depoimentos do documentário **Shoah** tendo como referência a análise feita pela teórica política alemã Hannah Arendt (1906 – 1975) do totalitarismo nazista. Mas por que Arendt? Porque sua investigação exaustiva do fenômeno totalitário nazista, da ideologia antissemita e das perplexidades abertas pela instauração dos campos de extermínio nos auxiliam a lidar com o evento catastrófico que nos marcará para sempre: a Shoah.

CAMPOS DE EXTERMÍNIO

O documentário **Shoah**, que tem a duração de quase dez horas, levou quase dez anos para ser realizado. Sua estrutura não poderia ser mais simples: uma sequência de entrevistas e depoimentos de pessoas cujas vidas foram afetadas de modo indelével pela Shoah: sobreviventes dos campos de extermínio, maquinistas dos trens, vizinhos de famílias judias que foram levadas para campos de

concentração em trens de carga e até mesmo uns poucos ex-militares nazistas que estiveram envolvidos em tarefas dentro dos campos de extermínio. O diretor Claude Lanzmann faz as perguntas ou estimula os entrevistados a darem seus depoimentos, mas quase nunca aparece em frente às câmaras. Os entrevistados, homens e mulheres de várias idades acima dos 50 anos, têm várias nacionalidades, assim, há vários idiomas – polonês, francês, inglês, alemão, ídiche, hebraico. Há, no documentário, três tradutoras que repetem as perguntas e observações feitas por Lanzmann no idioma do entrevistado – polonês, ídiche, hebraico – e que aparecem nas filmagens. Uma inspiração para o documentário, o historiador austríaco radicado nos Estados Unidos Raul Hilberg (1926-2007), autor da obra monumental *A Destruição dos Judeus na Europa*, também concede alguns rápidos depoimentos. As tomadas são externas (bosques, estradas de ferro, ruínas dos campos de extermínio, campos, ruas) e internas (casas, sacadas de apartamentos, bares). A câmera pouco se move, mas há vários cortes. Muitas vezes, a câmera mostra apenas a paisagem de pinheiros onde foram escavadas valas coletivas ou o campo relvado onde havia antes um forno crematório ou o lugar no qual os judeus desciam dos trens de carga e eram levados quase imediatamente para as câmaras de gás sob os gritos dos gendarmes. Não há trilha sonora, há apenas som ambiente.

Não existe introdução ao documentário. Lanzmann lança o espectador diretamente às entrevistas. Há apenas umas (poucas) legendas que apresentam dados mínimos do entrevistado: nome, nacionalidade, lugar onde mora. Os depoimentos não têm uma sequência identificável, não parece haver nenhuma hierarquia em termos de importância. São relatos de sobreviventes de campos de extermínio e de concentração. É muito importante diferenciar essas duas instalações construídas pelos nazistas desde a chegada de Hitler ao poder na Alemanha em janeiro de 1933. O termo “campo de concentração” foi criado pelos ingleses para designar seus campos de prisioneiros da Primeira Guerra dos Bôeres, na África do Sul da década de 1890. Nesses campos, os prisioneiros eram tratados com muita brutalidade, e muitos morreram de abandono, fome e frio. A diferença crucial entre esses campos e os futuros campos de concentração nazistas é que estes últimos, nas palavras de Arendt, funcionavam como laboratórios onde os nazistas tentavam colocar à prova a afirmação de que tudo é possível. Os internos dos campos de concentração nazista tinham sua personalidade completamente destruída, assim como seu senso moral, as regras mínimas de sociabilidade, seu eu psicológico e até mesmo a vontade de sobreviver: “Na situação em que a possibilidade de tomar uma decisão é destruída ao grau extremo como no confinamento terrorista de um campo de concentração, a celebração de processos residuais de consciência só pode parecer metafísica” (KOCH, Gertrude in LANZMANN, 1987, p. 9). As estatísticas mostram que a taxa de suicídio dentro dos campos de concentração era mais baixa do que a da sociedade fora dos campos. Afinal, até mesmo para decidir matar-se é necessário tem um mínimo de vontade.

Os campos de extermínio eram algo inteiramente diferente. Embora a opção pela *Endlösung* (Solução Final, decidida em uma conferência em Wannsee, nos arredores de Berlim, onde se reuniu secretamente a cúpula do Partido Nazista) para “resolver” a questão judaica tenha demorado anos para

se concretizar, podemos afirmar, sem sombra de dúvida, que as câmaras de gás e os fornos crematórios funcionavam em plena capacidade já a partir de meados de 1942, auge da guerra contra os soviéticos na front ocidental. Embora houvesse centenas de campos de concentração (e de prisioneiros, que eram rigidamente separados dos outros campos) espalhados por toda a Europa Ocupada durante a Segunda Guerra Mundial, “os campos de extermínio eram seis, todos localizados na Polônia, onde estava a maior concentração de judeus da Europa” (CYTRYNOWICZ, 1991, p. 89): Sobibor, Belzec, Chelmno (ou Kulmhof), Treblinka, Maydanek e Auschwitz-Birkenau (esses dois últimos funcionavam como campos de extermínio e complexos concentracionários, nos quais parte dos internos trabalhava como escrava antes de ser massacrada). Segundo o historiador Raul Hilberg (que dá um rápido depoimento em **Shoah**), 1 milhão de judeus morreu em Auschwitz, cerca de 750 mil em Treblinka, 550 mil em Belzec, cerca de 200 mil em Sobibor, 150 mil em Chelmno e 50 mil em Maydanek (idem, *ibidem*).

Shoah começa com o relato de um judeu polonês, Simon Srebnik, que sobreviveu ao campo de extermínio de Chelmno, que se localizava na Polônia ocupada, a 80 km do gueto de Lodz. Foi em Chelmno que o extermínio de judeus por gás teve início, em dezembro de 1941. Eles eram asfixiados em caminhões de gás, que levavam monóxido de carbono para dentro dos veículos, que comportavam até 50 pessoas de uma só vez. Srebnik era um garoto de apenas 13 anos quando os soviéticos chegaram a Lodz e liberaram o campo, em janeiro de 1945. Ele era um dos *Arbeitsjüden* (judeus do trabalho), que organizavam os judeus para o extermínio e que estavam eles próprios destinados à morte. Sobreviveu milagrosamente a um tiro na nuca, foi tratado por um médico do Exército Vermelho, que o salvou, e então foi viver em Tel-Aviv, Israel, com outros sobreviventes. No documentário, Lanzmann o traz de volta, agora com 47 anos, para rever Chelmno.

Em seu depoimento, Srebnik afirma que foi poupado até os últimos instantes porque os nazistas apreciavam sua bela voz de cantor. Ele percorre o rio em que costumava navegar com os tornozelos acorrentados. A paisagem é silenciosa e desértica. Silêncio. Nada nos permite afirmar que naquele lugar milhares de pessoas foram exterminadas metodicamente. Os nazistas separavam quase completamente os internos dos campos de concentração e os destinados a morrer nos campos de extermínio dos habitantes não-judeus. Por mais que, na hierarquia de raças que os nazistas colocavam no centro de sua ideologia totalitária, os poloneses fizessem parte de uma raça inferior – a eslava, juntamente com os russos, ucranianos, tchecos -, os judeus eram uma categoria mil vezes pior. Muitas vezes, os judeus eram comparados a pestes – baratas, insetos, piolhos, bactérias – de modo que o extermínio era equiparado a uma questão de limpeza, de higiene, de “desinfecção”, palavra que aparecia em algumas câmaras de gás para escamotear àqueles que seriam assassinados em minutos seu real destino.

A DEPORTAÇÃO PARA OS CAMPOS

Um depoimento ainda mais impressionante é o do ex-nazista Franz Suchomel, que tinha o cargo de SS *Untersturmführer* (patente de nível baixo no comando, equivalente a sargento) no campo de Treblinka. Tendo passado logo depois da Guerra por um julgamento, no processo de desnazificação da Alemanha após o fim da guerra, o antigo SS foi considerado inocente das acusações de crimes contra a humanidade. O entrevistado, com o auxílio de um mapa onde aparecem as antigas instalações de Treblinka, conta com detalhes como era a rotina de extermínio no campo: quantos ucranianos e alemães ajudavam no massacre, como os judeus eram tirados dos trens de carga, como eram dispostos os cadáveres. Percebemos pela fala de Suchomel que o objetivo era garantir que o extermínio fosse conduzido com eficiência administrativa e precisão científica. No início, havia momentos de caos, principalmente quando chegavam mais judeus do que as câmaras de gás poderiam comportar. Nesses casos, os judeus precisavam esperar dentro dos vagões por dias, o que levava muitos deles à morte ainda antes de serem desembarcados. Os próprios trens podem ser considerados máquinas de morte. Vejamos esse relato do judeu italiano Primo Levi, transportado para Auschwitz com 24 anos:

Quase sempre, no início da sequência da recordação, está o trem que assinala a partida para o desconhecido: não só por razões cronológicas, mas também pela crueldade gratuita com que eram empregadas para um objetivo aquelas (normalmente inócuas) composições de vagões de carga. Não há diário ou narrativa, entre os muitos nossos, em que não surja o trem, o vagão blindado, transformado de veículo comercial em prisão ambulante ou mesmo em instrumento de morte. Está sempre lotado, mas parece haver um cálculo grosseiro do número de pessoas que, em cada caso, nele eram ajuntadas: entre cinquenta e cento e vinte, segundo a distância da viagem e o nível hierárquico que o sistema nazista atribuía ao “material humano” transportado (LEVI, 1990, p. 64 – 65).

Suchomel afirma que a solução para o problema do excesso de judeus nos vagões de trem só veio com a chegada de oficiais de lugares distantes, que já tinham experiência na administração de guetos, como o de Lublin, e na administração de outros campos, como o de Belzec, não tão longe de Treblinka. Lanzmann conduz habilmente as perguntas, tentando apenas dar lugar para a fala de um dos participantes do massacre. O mais consternador dessa entrevista é que Suchomel fala de suas antigas atividades como se estivesse expondo os resultados de um projeto implementado em uma empresa – os objetivos de curto e longo prazos, as estatísticas, os obstáculos, como os problemas foram resolvidos, com que grau de eficiência etc. A radicalidade do mal nazista implica o abastardamento da língua alemã, a cumplicidade do silêncio, a aniquilação dos padrões morais e sociais mais comezinhos. Nesse momento do documentário, e depois de termos visto tantos depoimentos, surgem as perguntas: Como isso foi possível? Por que foi colocada em movimento uma máquina infernal de destruição cujo único intuito era a produção em massa de cadáveres?

O DOMÍNIO TOTAL NAZISTA E O MAL RADICAL

Lanzmann acredita que qualquer tentativa de compreensão da Shoah é intolerável em termos morais. A palavra “obsceno” vem do antigo teatro latino e significa “fora de cena”. Isso quer dizer que as cenas que fossem violentas a partir de um determinado padrão de gosto não deveriam aparecer no palco, deveriam ser apenas sugeridas. Ora, defendo a concepção de que tentar compreender o horror não significa de modo algum justificá-lo. Não podemos lidar com os eventos históricos como se fossem fenômenos naturais. Esses podem ser explicados através da categoria causa-efeito, mas eventos como o domínio total nazista, que teve como centro a aniquilação dos judeus na Europa, não são “causados” do mesmo modo que um evento na natureza é resultado de outro fenômeno natural. Mais que explicada, a história dos eventos humanos exige nossa compreensão, porque apenas a tarefa incessante de dar sentido para a massa de acontecimentos pode nos dar orientação no mundo.

Segundo Hannah Arendt, ela mesma judia alemã que escapou de um campo de prisioneiros mantido pelos nazistas na França em 1940, e que se refugiou nos Estados Unidos, existe um aspecto dos campos de concentração e extermínio que exhibe em toda a sua perversidade como o mal pode se tornar radical sobre a terra: a extinção de toda espontaneidade humana. O universo concentracionário, na visão de Arendt, serviu como um laboratório que procurava provar que tudo é possível. O caráter antiutilitário dos campos nazistas, justamente durante o esforço desesperado de guerra, criou uma atmosfera de absoluta irrealdade, pois não havia mais relação entre os horrores do campo e qualquer padrão racional ou utilitário. Como diz a autora, “Os campos destinam-se não apenas a exterminar pessoas e degradar seres humanos, mas também servem à chocante experiência da eliminação, em condições cientificamente controladas, da própria espontaneidade como expressão da conduta humana” (ARENDR, 1989, p. 488). A partir daí, desaparece o mundo comum compartilhado pelos homens, pois a própria linguagem é destruída dentro dos campos e desaparecem quaisquer laços entre os internos, sejam eles de interesse ou mesmo os afetivos. O fato é que no universo concentracionário os homens são transformados em feixes de reações, como “cães de Pavlov”.

Nesse sentido, podemos concluir que não houve sobre a terra regime que, por mais despótico que fosse, por maiores que tenham sido suas aspirações de conquista e sua tentativa de destruição da liberdade humana, tivesse a radicalidade do regime totalitário nazista. Afinal, as tiranias do passado ainda deixavam intactos certos laços não-políticos entre os subjugados, mas o nazismo procurou destruir a existência autônoma de qualquer atividade humana. De acordo com Arendt, desde a mais remota Antiguidade, o extermínio de populações inteiras não chega a ser algo extraordinário: a peça trágica **As Troianas** de Eurípedes foi a resposta poética do dramaturgo ao massacre impiedoso dos habitantes da ilha de Melos pelos atenienses (416-415 a.C.) durante a Guerra do Peloponeso. Outros exemplos poderiam ser citados, mas há uma diferença crucial entre os massacres perpetrados no passado e o extermínio de populações inteiras realizado pelos nazistas – e tal diferença não repousa unicamente nos

métodos tecnológicos de destruição empregados. Também não se trata aqui da magnitude do extermínio praticado por esses regimes, embora a matança tivesse sido extraordinária quaisquer fossem os padrões utilizados para mensurá-la.

Para Arendt, o interno do campo de concentração é o típico “cidadão” do domínio total nazista. Segundo Arendt (*idem*, p. 507).

É apenas aparente a inutilidade dos campos, sua anti-utilidade cinicamente confessada. Na verdade, nenhuma outra de suas instituições é mais essencial para preservar o poder do regime. Sem os campos de concentração, sem o medo indefinido que inspiram sem o treinamento muito definido que oferecem em matéria de domínio totalitário, que em nenhuma outra parte pode ser inteiramente testado em todas as suas mais radicais possibilidades, o Estado totalitário não pode inspirar o fanatismo das suas tropas nem manter um povo inteiro em completa apatia.

O fator fundamental de diferenciação é que os nazistas pretendem apagar da memória humana e dos registros históricos a existência das pessoas exterminadas. Tudo acontecia como se os judeus massacrados nas câmaras de gás nazistas jamais tivessem existido. Não havia enterros, inscrições ou mesmo o mais ínfimo registro dos milhões assassinados, algo que nunca foi tentado por nenhuma tirania ou ditadura passada. Os antigos romanos tinham respeito pela memória de seus inimigos vencidos, pois mesmo na mais cruel das guerras os corpos dos inimigos eram frequentemente devolvidos para os familiares e nenhum regime chegou a negar a existência dos massacrados. Embora George Orwell tenha escrito o romance *1984* como crítica ao regime totalitário stalinista na União Soviética das décadas de 1930 e 40, há trechos do romance que lembram como os seres humanos assassinados em total anonimato eram simplesmente apagados da memória: “Syme desaparecera. Um dia, faltou ao trabalho: alguns levianos comentaram sua ausência. No dia seguinte ninguém mais falou dele. [...] Syme deixara de existir: nunca existira” (ORWELL, 1989, p. 139).

Vejam, por exemplo, o depoimento de Rudolf Vrba, sobrevivente de Auschwitz, e morador de Nova Iorque: “Devíamos, portanto, retirar aqueles corpos e, em passo de corrida, transportá-los até um caminhão em frente da rampa (...) enchia-se o caminhão. Depois, os caminhões partiam: o dos mortos ia em primeiro lugar, direto para o crematório que se encontrava a cerca de dois quilômetros da rampa”. (LANZMANN, 1987, p. 162 – 163). É por esse motivo que a nossa tentativa de compreender o que foi a Shoah é não apenas uma tarefa incontornável, é um imperativo moral. Compreender não é justificar, é o modo de aceitarmos nossa responsabilidade pelo mundo, é a única maneira que encontrarmos para tornar a terra um local habitável, onde a pluralidade que é a marca da passagem humana pelo planeta pode aparecer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não existe possibilidade de entender a Shoah como uma catástrofe entre outras, ainda que de magnitude muito maior. O século XX ficará para sempre marcado como o século de duas guerras mundiais devastadoras, do emprego militar de duas bombas atômicas nas populações civis de Hiroshima e Nagasaki, da irrupção dos regimes totalitários nazista e stalinista, sem contar as revoluções, conflitos civis e faxinas étnicas. Ainda assim, o fato inegável de que um regime político, movido por uma ideologia assassina, tenha colocado todo seu vigor na construção de um aparato de fabricação em massa de cadáveres destrói todos os parâmetros tradicionais de compreensão. O extermínio dos judeus na Europa não tem nenhum sentido utilitário, nem pode ser entendido pelo senso comum. No entanto, e contrariando o diretor do documentário **Shoah**, precisamos compreender para que possamos nos reconciliar com a nossa humanidade.

O documentário **Shoah** mostra que os nazistas cometeram atrocidades que nenhuma lei humana pode punir, que nenhum indivíduo pode perdoar. Ainda assim, depois que as atrocidades foram descobertas em toda sua catastrófica (“shoah”) amplitude, a comunidade internacional de nações decidiu tipificar um novo tipo de crime: o crime contra a humanidade. Os nazistas cometeram crimes contra a humanidade, perpetrados no corpo do povo judeu. Os depoimentos dos sobreviventes, dos criminosos, das pessoas comuns que se viram pegas pelo terror totalitário, ajudam-nos a entender o que aconteceu para que nós possamos nos reconciliar com o mundo, sem nos dobrar frente à resignação mas também sem desespero paralisante.

REFERÊNCIAS

DOCUMENTÁRIO

SHOAH. Produção: França, Les Films Aleph, 1985. Direção: Claude Lanzmann. Duração: 544 minutos.

OBRAS

ARENDETT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. Tradução: Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CYTRYNOWICZ, Roney. *Memória da Barbárie*. São Paulo: EDUSP, 1991.

LANZMANN, Claude. *Shoah – Vozes e Faces do Holocausto*. Tradução: Maria Lúcia Machado. São Paulo: Brasiliense, 1987.

LEVI, Primo. *Os Afogados e os Sobreviventes*. Tradução de Luiz Sérgio Henriques. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

ORWELL, George. *1984*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1989.